

9

CAPÍTULO

MENSAGEIROS E PORTA- -VOZES NA TRANSMISSÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS AOS NÃO LETRADOS: UMA PRÁTICA DISCURSIVA HISTÓRICA ENTRE ORALIDADE E ESCRITA

Konstanze Jungbluth
Europa-Universität, Frankfurt/Oder

9.1 INTRODUÇÃO

Este artigo parte de uma perspectiva histórica e investiga o papel do mensageiro na Catalunha do século XVIII. O mensageiro como instituição pertence

a uma sociedade onde convivem letrados, analfabetos e semicultos. Cruzando os caminhos entre a cidade e o campo, entre os letrados e as pessoas analfabetas, o mensageiro assumia a responsabilidade de traduzir os assuntos ou os temas da comunicação cotidiana, como, por exemplo, atos jurídicos, notícias etc. Seu discurso oral se revestia de uma importância fundamental: o texto escrito que levava era secundário, pois apresentava um valor simbólico, sem autonomia própria. Em seu personagem, representava ao mesmo tempo o mensageiro e o porta-voz, como que dando continuidade à figura do nuncio romano. O *habitus* do mensageiro foi mantido ininterruptamente na Europa Antiga desde o tempo dos assírios, gregos e romanos até meados do século XIX, ao menos no mediterrâneo e na Europa Central. Quero contribuir, desta forma, para um melhor conhecimento da história da leitura, das habilidades da leitura e especialmente da interação entre o mundo letrado e o não letrado em tempos passados, objetivando propiciar uma reflexão mais profunda sobre esse comportamento em contextos similares de hoje em dia, encontrados nas sociedades latino-americanas e também nas europeias, onde existe um fluxo significativo de migrantes de outros países, muitos deles letrados em línguas estrangeiras¹ ou às vezes sem serem alfabetizados.

Este artigo é composto por seis partes. A segunda trata dos conceitos básicos do meio e da concepção das atividades de escrever, falar, escutar e ler. Na terceira parte, apresento a proposição teórica da ação comunicativa como um todo. Na quarta, enfoco o conceito do mensageiro em si. Na quinta parte, concentro a visão na sociedade de letrados, analfabetos e semicultos. Termino apresentando o sentido da atividade do mensageiro no contexto da época em foco, denominado pelo verbo *intimar*.

9.2 ESCRITA – ORALIDADE: O CONTINUUM CONCEITUAL

Para orientar a compreensão da tarefa executada pelo mensageiro na Europa no século XVIII e início do século XIX, transmitindo ordens da cidade ao campo, cabe ressaltar cuidadosamente as ferramentas terminológicas. Os termos “escrita” (em sentido conceitual²) e “oralidade” enfatizam o caráter processual e gradual dos atos comunicativos que se manifestam respectivamente nas modalidades escrita ou oral.

Essas modalidades-meio, no seu uso instrumental, refletem oposições bifoais: a materialidade do produto comunicativo é oral no caso do discurso falado, ou é escrita, no caso do texto escrito – não existe intermediário. Do ponto de vista conceitual, deve-se imaginar que exista um *continuum* entre os pólos da oralidade

¹ Assim, eles não têm acesso direto a documentos exigidos na sociedade receptora.

² ‘*Schriftlichkeit*’.

e da escrita. Um texto de um estudante jovem com pouca experiência na escrita, por exemplo, pode se caracterizar pelo uso de palavras e estruturas típicas do discurso coloquial, apresentando características próximas ao polo da oralidade, ainda que se trate de um produto escrito. No caso desenvolvido da comunicação oral, abordado neste trabalho, o discurso ao vivo compartilha muitos aspectos com os textos escritos, ainda que se concretize na modalidade oral³. O mensageiro reoraliza o manuscrito, objeto de sua tarefa, no momento de ler e expor o conteúdo do texto. As transformações entre textos e discursos, entre escrita e oralidade, podem ser sistematizadas da seguinte forma:

	Instrumental		Conceitual	
E>O	Reoralização		oralidade / escrituralidade	
O>E	reescrita ⁴	↕	reoralidade	↕

(Cf. SCHLIEBEN-LANGE,⁵ 1997: 5; KOCH/OESTERREICHER, 2001; MOSTACERO, 2004)

Considerando a primeira coluna da esquerda: o processo de reoralização se manifesta, por exemplo, quando se lê em voz alta um documento jurídico ou um texto litúrgico. No caso do processo da reescrita, imagine-se, por exemplo, a transcrição fidedigna de uma conversação espontânea. Na segunda coluna, não se trata de uma mera transposição de uma mensagem comunicativa inalterada entre meios de transmissão distintos, mas o próprio produto sofre transformação para se adequar às exigências dos respectivos pólos: a oralidade e a escrita. Comparando com as meras transcódificações entre meios distintos, nestas os processos de oralidade e escrita não pressupõem necessariamente um produto preexistente na outra modalidade. Nos casos em que as mensagens sejam expressas através de um meio distinto daquele em que o produto primário tenha sido formulado, tanto ouvintes como leitores esperam, com todo o direito, que a mudança de meio seja acompanhada pelas adequações da linguagem, do uso das formulações e do estilo linguístico; em suma, das adaptações conceituais da mensagem às exigências específicas da oralidade ou da escrita, segundo os modelos elaborados e praticados

³ Mostacero o chama texto misto: “um palestrante que redige, lê e relê, e volta a escrever o texto de sua apresentação, que pode vir a ser oral e escrita” (MOSTACERO, 2004, p. 66).

⁴ Cf. ‘reescrituração’, o processo da reescrita; veja-se MOSTACERO, 2004, Quadro 5.

⁵ Os termos utilizados em alemão apresentam distinções mais sofisticadas e acentuam o processo intrínseco de transformação midiática de um lado, e conceitual do outro: Verlaut(lich)ung, Vermündlichung, Verschriftung, Verschriftlichung (SCHLIEBEN-LANGE, 1997; JUNGBLUTH, 1997, p. 91). Procuro replicar esta ideia com a utilização, em português, do prefixo ‘re-’.

na língua histórica respectiva⁶. Este trabalho se concentra no campo da oralidade e reoralidade, focando o processo de exposição do conteúdo de um documento jurídico aos camponeses catalães na Espanha do século XVIII.

9.3 A SITUAÇÃO COMUNICATIVA ESTENDIDA

A instituição do mensageiro, do *núncio* enquanto ofício, que trabalhava sob uma missão superior, tem suas raízes na Assíria⁷ e se manteve na Europa antiga, nas sociedades gregas e posteriormente nas romanas. O contexto militar cada vez mais expandido criou a necessidade de transmitir mensagens superando grandes distâncias. Se o falante não podia encontrar pessoalmente o destinatário da mensagem, realizava a tarefa através de um mensageiro que gozava da confiança dos dois lados (falante e ouvinte). A situação comunicativa estendida, assim denominada por Konrad Ehlich em 1983⁸, consistia de duas situações comunicativas face a face em sequência, a primeira no lugar onde, de um lado, estava o falante que emitia a mensagem, e do outro, o mensageiro, que nesse caso exercia o papel de ouvinte. Esse mesmo mensageiro se deslocava para o lugar onde estava o destinatário, e nesse outro local e ocasião, se repetia a situação comunicativa e, desta feita, o mensageiro fazia o papel de falante. O emissor da mensagem se dirigia, então, pela boca do mensageiro, ao destinatário da mensagem, que, nesta ocasião, tomava o papel de ouvinte, a quem transmitiria o assunto em questão, fosse ele algum contrato, pagamento de tributos, alianças militares, preparação de cerimônias religiosas ou nupciais, ascensão ao trono etc. (CANKIK-KIRSCHBAUM, 2003/2008).

Dependendo da distância e da urgência da informação, essas situações de retransmissão da mensagem original poderiam ser repetidas várias vezes, repas-

⁶ As adaptações refletem, por um lado, as exigências em nível universal, no nível da linguagem, por exemplo, o contexto situacional fica implícito no caso do discurso face a face, mas em contrário deve ser explicitado em todas as línguas ao escrever um texto. Por outro lado, as adaptações seguem os modelos das tradições discursivas desenvolvidas por uma certa comunidade linguística e/ou discursiva, utilizadas em um certo momento histórico de forma muito destacada. (Veja-se em COSERIU, 1958, a diferenciação entre linguagem e língua histórica. Para o conceito das tradições discursivas, veja-se KOCH/OESTERREICHER, 1990; CIAPUSCIO / JUNGBLUTH / KAISER / LOPES, 2006).

⁷ A instituição dos nuncios é uma criação assíria. Na época de Tiglatpileasar III (745-727 a.C.), o exército assírio foi reestruturado, e parte daquela reforma consistiu na instituição de entidades autônomas de mensageiros e de um serviço de notícias. Na Grécia antiga, a instituição dos nuncios continuava sendo vinculada ao exército. O mesmo para a instituição dos nuncios romanos que não foi de uso generalizado, mas restrito ao uso do príncipe, dos altos funcionários, dos oficiais do exército e da administração militar. (STENGL, 1995, p. 3).

⁸ Ehlich 1983; veja-se também Redder 2000.

sando o conteúdo de mensageiro a mensageiro antes de finalmente chegar ao destinatário. Para assegurar que a mensagem não fosse distorcida ao longo desse processo de retransmissões sucessivas, e com a disseminação dos conhecimentos de leitura⁹, habitualmente se entregava uma carta¹⁰ ao mensageiro, que passaria a ser o documento formal que acompanhava o ato comunicativo. Ao mesmo tempo da manifestação da ordem ou desejo contidos na mensagem, o mensageiro portava um símbolo de poder do emissor e do respeito a ele devido, materializado na forma de uma placa moldada em argila ou sinete do emitente (ou posteriormente por um pergaminho ou papel – material precioso naqueles tempos), que simultaneamente o credenciava e fortalecia sua credibilidade frente ao destinatário. A forma escrita não só tem o poder de vencer distâncias no espaço, mas também distâncias temporais, que no caso coexistiam com as distâncias espaciais e sociais.

A comunicação escrita, capturada, objetivada e instrumentalizada, refletia nos processos comunicativos a distância temporal espacial e social (SCHMIDT-RIESE, 1997, p. 45¹¹).

Face a face com o destinatário, no momento oportuno, o mensageiro devia transmitir a mensagem literalmente. Como em toda situação comunicativa presencial, também nesta se abria a possibilidade inerente de diálogo, e o destinatário podia assumir o papel de falante e fazer perguntas, caso não tivesse compreendido bem o que tinha sido dito. Ao perceber que o seu interlocutor não entendia o que

⁹ Somente pouco a pouco o texto adquiriria autonomia própria. Nos primórdios, os mensageiros tinham que aprender de memória o conteúdo do texto, e se enfatiza que sequer tinham que saber ler. O ofício de escrivão e o de leitor requeriam qualificações específicas, e eram praticados por homens especializados, e não pelos aristocratas. “Anlässlich des Fundes eines keilschriftlichen Tontäfelchens im Nilschlamm beschreibt Svensson 2003 die Funktion der Keilschrifttafeln in der diplomatischen Korrespondenz zwischen Ägypten und anderen Großmächten der damaligen Zeit, vor 3200 Jahren: «Die babylonische Keilschrift diente damals als Diplomaten-sprache an den Königshöfen. Wollte ein Herrscher eine Botschaft an einen anderen übersenden, ließ er den Text mit Holzgriffel in den weichen Ton drücken. Die höchstens 15 Zentimeter hohe Brief-Tafel wurde in eine Art Umschlag eingepackt, worauf der Text nochmals geschrieben und versiegelt wurde. Ein Bote lernte ihn auswendig, bekam die Tafel um den Hals gebunden und wurde auf die Reise geschickt. Am Hofe des Empfängers angekommen, überbrachte er die Botschaft zunächst mündlich, um dann als Beweis den Umschlag mit der Tafel abzuliefern, die alsdann archiviert wurde. [...] In dieser Praxis dominiert noch die Mittlerfunktion des Boten, unterstützt durch den Text, der für die Echtheit bürgt. Daraus und aus dem Zugang zur materiell erhaltenen Botschaft der Tontafel entwickelte sich der Text als alleiniger Träger der Botschaft in der zerdehnten Sprechsituation.» (GRIEßHABER 2001-2005; EHLICH, 1984).

¹⁰ Escrita em caracteres cuneiformes, no caso do reino Assírio.

¹¹ «Schriftkommunikation ist die mediale Realisierung kommunikativer Prozesse über zeiträumliche und soziale Distanz» (SCHMIDT-RIESE, 1997, p. 45).

havia exposto, o mensageiro também dispunha de um variado leque de alternativas para esclarecer. Tanto podia tentar prender a atenção colocando mais ênfase no tom de voz, falar mais alto ou mais baixo, acelerar ou retardar a fala, como podia buscar o contato visual ou gesticular, ou fazer perguntas para esclarecer e se assegurar da compreensão da mensagem (GUMPERZ, 1982; SCHEPELMANN, 2003). Conhecendo as possíveis falhas do ato de compreensão, o mensageiro podia repetir a mensagem completa ou em parte, fosse com as mesmas, ou com outras palavras, resumir o que tinha sido dito, ou reformular o texto. Por vezes podia-se ver forçado a reinterpretar o conteúdo dentro do contexto encontrado no destino, buscando chegar interativamente ao sentido. Estes esforços compartilhados entre o mensageiro e o destinatário sobrepassavam o mero processo da oralização, denominado no contexto histórico *silabar*, ao mesmo tempo em que a ação de *ler* punha ênfase no ato receptivo do ouvinte com a consequência de que o falante tinha a responsabilidade de facilitar ao máximo possível a compreensão de seu interlocutor. O ato de *intimar a mensagem*, tratado no item 10.6, estende essa competência comunicativa com mais detalhes.

No contexto do mundo medieval, o ato de *ler* podia ser traduzido em: 1º a expressão, 2º a transmissão e 3º a leitura em voz alta¹². O discurso não se limitava à repetição textual da mensagem, mas reinterpretava e adaptava sua finalidade ao contexto do destinatário, tanto que adquiria características da reoralidade. O ato de *ler* podia implicar a tradução simultânea do texto: “[os discípulos] leram em catalão os livros castelhanos, enquanto os catalães leram em castelhano, nos locais que lhes apontava o Ilmo. Sr. Arcebispo” (JORBA, 1979, p. 37-38¹³).

Nesse contexto mental¹⁴, a carta entregue pelo mensageiro não era importante exatamente pelo texto contido, que podia estar escrito em uma língua estrangeira, mas principalmente pelo seu valor simbólico. Este representava um compromisso de direito e conferia poder ao seu possuidor e capital social, nas palavras de Bourdieu (1982). Essa forma de utilização não autônoma dos documentos e a prática discursiva dos mensageiros se mantiveram desde a antiguidade até finais do século XIX, pelo menos. Essas práticas só foram abandonadas no momento em que as nações instituíram o ensino obrigatório, e com isso a difusão dos conhecimentos de leitura e escrita entre as pessoas de todas as classes sociais na Europa moderna.

¹² Ler sem pronunciar as palavras, quer dizer, a atividade receptiva muda, só se desenvolve mais tarde tanto phylo- como ontogeneticamente.

¹³ O documento que cita Jorba é de origem barcelonesa, do ano 1797.

¹⁴ Schlieben-Lange / Gessinger 1982, Raulff (1987) especialmente o prefácio.

9.4 A INSTITUIÇÃO SOCIAL DO MENSAGEIRO (NÚNCIO < LAT.: NUNTIUS)

A instituição social do mensageiro, que dá continuidade ao ofício do núncio militar e papal de séculos anteriores, pertencia às sociedades onde conviviam muitos analfabetos e pouca gente letrada (ver item 10.5).

O falante que precisava transmitir informações a um ouvinte do qual era separado por uma incongruência diacrônica e/ou diatópica, tinha que buscar meios de vencer a distância espaço-temporal. [...] Uma solução para o problema consistiu na instituição do núncio. [...] Na instituição do núncio estava a solução simples que possibilitava conservar o enunciado original do falante H1, para além da situação discursiva imediata, para levá-la a uma segunda situação discursiva. A mediação entre as duas situações se fazia por meio do núncio como intermediário (EHLICH, 1983, p. 30-31)

Na Europa medieval se reconheciam três diferentes tipos de mensageiros: lat. *servus*, *garcio* e *nuntius*. Os primeiros tinham que transportar apenas objetos, enquanto ao último cabia conduzir discursos. Este mensageiro era culto e bem informado, e sabia mais do que o que estava escrito nas cartas. O *núncio* é caracterizado pelo adjetivo lat. *discretus*, que engloba os valores semânticos de nobre, fiel e digno de confiança (HUCKER, 1989, p. 5-7). À diferença do nível de prestígio das tarefas a realizar correspondia também uma grande diferença de ganhos. A remuneração cobrada pelo mensageiro (lat. *nuntius*) correspondia a mais que o dobro do pagamento do mero estafeta (lat. *garcio*).

Não só nas cortes e nos conventos, mas também nas cidades cada vez mais prósperas, foram implantadas redes de mensageiros que iam se adensando ao longo dos anos. A corporação de mensageiros fundada em Barcelona em 1417, chamada *Confraria dels Correus* regulamentava o número de *núncios*, a forma do juramento *nuncial* e a remuneração que deveria ser cobrada pelos seus sócios. Na prática, os mensageiros assumiam vários encargos, aproveitando o mesmo trajeto. Dependendo dos recados, mandatos e comissões, seus soldos se combinavam de forma cumulativa:

Comparado ao camponês, o mensageiro era uma pessoa de prestígio que ganhava uma remuneração significativa e tinha a possibilidade de aumentar sua remuneração quando escrevia cartões de aviso das autoridades contemporâneas. Também levava cartas da cidade ao campo, do campo à cidade e divulgava notícias de todos os tipos. Enfim, o mensageiro funcionava como um intermediário entre o mundo dos letrados e os não-letrados e vice-versa.

Tabela 9.1. Sebastià Casanovas, *Memòries d'un pagès* (Catalunya, ?-1756)

Fonte século XVIII (língua catalã)	Tradução (português)
Se entimaren Las ditas lletras alos Seguents¹⁵ [..]	Intimaram-se as cartas aos seguintes:
Prima La precura	Primeiramente a entrega por mensageiro 7s 6
Lo paper Sellat	O papel com selo 7s 6
Lo trauerer las lletras de Bar ^{na}	O serviço de coleta das cartas de Barcelona 8ll 5s ¹⁶
Lo Nunci de <u>entimar</u> ¹⁷ las	O serviço de intimá-las 2ll 5s
Lo Notari de fer lo acta	O notário de fazer a ata 2ll 5s
Hinporta al tot	Valor total 13ll 10s
ÿ encara Jo Me Guanuyë lo trevall de fer los Cartells	e ainda ganhei o trabalho de fazer os cartões

9.5 A SOCIEDADE DE LETRADOS, ANALFABETOS E SEMICULTOS

Na Idade Média não existia um mundo letrado-clerical-latino e outro analfabeto-laico-romano, mas essas duas culturas constituíam uma única sociedade com interdependências muito destacadas e fortemente entrelaçadas (GUMBRECHT, 1983; SELIG, 1996). O mensageiro trafegava de um lado ao outro traduzindo a comunicação:

- fisicamente, em forma de documentos e deslocando-se de um lugar ao outro;
- literalmente, em forma de textos;
- socialmente, permeando todas as classes sociais.

Tomando como exemplo a Catalunha do final do século XVIII ao início do século XIX, verifica-se uma enorme discrepância entre as fontes ao comparar os percentuais de analfabetos, que apresentam variação entre 6 e 24% (JUNGBLUTH, 1996, p. 46; STOLL, 1997, p. 9). Deve-se atribuir esta discordância, de um lado, à falta de regras formais de diferenciação entre quem é letrado. É aquele que sabe ler ou aquele que sabe escrever? O letrado é aquele que sabe escrever o seu nome ou o que sabe escrever uma lista ou finalmente aquele que profissionalmente e regularmente escreve e lê? Não se pode imaginar o processo de alfabetização na época como um processo contínuo tal como o conhecemos hoje em dia. Dependente do ritmo rural, sobretudo os meses de inverno ofereciam nichos de tempo para o estudo. O ensino do catecismo estava vinculado ao ensino da leitura, e talvez, posteriormente, ao da escrita.

Contrariamente ao grupo dos profissionais que estudavam, ou ao menos frequentavam algum curso de formação, e seu ofício exigisse a prática regular da escrita, o termo *semiculto* caracterizava aqueles que não escreviam regularmente. Nem todos são capazes de redigir um texto segundo as regras ortográficas. Alguns sabem mais, outros menos.

O espectro compreende desde autores [...] que descuidam das regras da comunicação escrita a tal ponto que a compreensão do texto fica sob grave perigo, até [textos] de autores [...] que se destacam por sua torpeza ou pelo seu estilo muito particular. Nos textos se manifesta o uso da linguagem do imediatismo¹⁵ [isto é, de conotação marcadamente oral, veja-se Oesterreicher 1992] em diversos graus, e mais ou menos enfatizados. Enfim, deve-se imaginar tantos matizes quantos sejam os autores. Se dá sentido ao termo *semi-culto* somente em relação [à competência] do que escreve, [semi-culto] expressa uma qualidade de diferença (STOLL, 1997, p. 7).

À semelhança dos soldados-conquistadores dos séculos XVI e XVII (STOLL, 1997), os autores dos livros de família dos séculos XVIII e XIX (JUNGBLUTH, 1996) não tinham grande experiência na arte de escrever livros. Entretanto, dentro de seu contexto contemporâneo, essas pessoas representavam um segmento de contato entre o mundo clerical-letrado e o analfabeto-laico que se expressava apenas em língua vernácula, ou seja, em uma língua romana, segundo nossas fontes, mais concretamente em catalão. Apesar de essa língua estar fora de uso como linguagem da literatura culta durante esses séculos (período denominado *Decadência*), ela era usada na vida cotidiana e havia continuidade de seu emprego nas escritas notariais, nos contextos administrativos e na literatura popular em seu território (JUNGBLUTH, 1996).

Como se repartia o acesso às técnicas culturais relacionadas às letras? Os livros de família manuscritos guardados nas famílias com propriedades particulares, como uma fazenda ou uma oficina artesanal, apontam que um filho da família, muitas vezes o segundo, era liberado das atividades cotidianas para aprender a ler, e mais tarde, talvez, a escrever. A partir das últimas duas décadas do século XIX os próprios herdeiros catalães também aprendiam ao menos rudimentarmente a ler, e às vezes também a escrever. Calculando com base no número de pessoas que formavam uma economia familiar média¹⁶, grande parte das famílias tinha pelo menos um membro alfabetizado de confiança à mão, o que mantinha

¹⁵ Koch/Oesterreicher (1983).

¹⁶ Essas economias englobavam grupos de pessoas muito maiores, se comparados às nossas percepções de hoje. Os proprietários e suas famílias, os meninos de recados, os camponeses e suas famílias e outros parentes formavam as economias locais que atuavam até certo ponto de forma quase autossuficiente (BRUNNER, 1956).

uma razoável quantidade de pessoas alfabetizadas no campo. O membro familiar alfabetizado tinha por obrigação dar conta dos assuntos jurídicos e administrativos em geral, de todos os outros membros da família.

A um deles, preferencialmente o herdeiro, cabia a tradição de escrever o livro da família. Dessa maneira, foi possível superar os afastamentos temporais entre os escreventes e as gerações posteriores. Era neste manuscrito, copiado muitas vezes por ele próprio ou por um de seus sucessores, que ficavam registrados os dados de nascimentos e óbitos, pois a genealogia era parte obrigatória daqueles livros. Muitos relatavam assuntos e casos particulares, como, por exemplo, o da visita de um bispo, acontecimentos astrológicos estranhos, e por vezes incluíam nos livros cópias de cartas e outros documentos. A entrega de documentos oficiais em latim pelo *núncio* dava oportunidade à tradução de seu conteúdo ao catalão e formando, assim, a memória da família.

9.6 INTIMAR A MENSAGEM

Finalmente este trabalho enfoca o ato da entrega da mensagem em si. Ao mensageiro que assumia a responsabilidade de *'intimar'* a mensagem cabia não apenas entregar nas mãos do destinatário a carta ou o documento que levava, como também a obrigação de se certificar de que ele entendera perfeitamente seu conteúdo e finalidade. O *habitus* (BOURDIEU, 1982; ELIAS, 1939) praticado pelos mensageiros nestas comunidades consistia em parafrasear o texto, reinterpretá-lo e ressaltar sua relevância no contexto espaço-temporal e social correspondente. As duas atividades constituíam uma prática única a qual se nomeava com o verbo intimar (ver o item 9.4: “O serviço de intimá-las”). Trata-se de uma reorientação, incluindo eventualmente a leitura em voz alta, a exposição, e uma interpretação comentada da mensagem.

O verbo aparece em textos oficiais, muitas vezes junto com o verbo notificar, como se pode ver, por exemplo, no livro da família de Sebastiã Casanovas, que ressalta o caráter autoritário do documento entregue, ao mesmo tempo que reflete o prestígio do mensageiro. Não deixa dúvidas de que o destinatário e sua família deviam cumprir as ordens. Essa observação demonstra que certas tradições discursivas produzem sentidos semânticos específicos vinculados com a prática sócio-histórica do seu uso.

A não diferenciação entre o texto e o discurso, entre o escrito e o falado, deixa claro que no mundo dos letrados, analfabetos e semicultos as duas formas das práticas interativas tinham o mesmo valor. A mentalidade da época não reconhecia um desnível entre essas formas. Transportando aquela prática para as sociedades modernas, a semântica do verbo intimar perdeu, ou pelo menos

se transformou substancialmente. Mas é evidente que o *habitus* do mensageiro tenha seus sucessores. As práticas dos mensageiros e porta-vozes são repetidas e variadas pelos expertos apaixonados por fazer seus conhecimentos ou legados acessíveis a leigos e leigas, de todas as idades, até hoje.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. Der Sozialraum und seine Transformationen. In: *Die feinen Unterschiede – Kritik der gesellschaftlichen Urteilskraft*. Frankfurt: Suhrkamp, 1982. p. 171-210.
- _____. Zur Genese der Begriffe Habitus und Feld. In: BOURDIEU, P. *Der Tote packt den Lebenden*. Hamburg: VSA-Verlag, 1997.
- BRUNNER, O. Das “ganze Haus” und die alteuropäische “Ökonomik”. In: BRUNNER, O. (Ed.). *Neue Wege der europäischen Sozialgeschichte*. Göttingen: Vandenhoeck, 1956. p. 33-66.
- CANCIK-KIRSCHBAUM, E. *Die Assyrer*. Geschichte. Gesellschaft, Kultur. München: Piper, 2008.
- CIAPUSCIO, G. et al. (Ed.). *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Madrid: Vervuert: Bibliotheca Ibero Americana 107, 2006.
- COSERIU, E. *Linguística del texto: introducción a una hermenéutica del sentido*. Madrid: Arco Libros, 2007.
- EHLICH, K. Text und sprachliches Handeln: Die Entstehung von Texten aus dem Bedürfnis nach Überlieferung. In: ASSMANN, A. L.; ASSMANN, J.; HARDMEIER, C. (Ed.). *Schrift und Gedächtnis*. München: Fink, 1983. p. 23-44.
- _____. Zum Textbegriff. In: ROTHKEGEL, A.; SANDIG, B. (Ed.). *Text – Textsorten – Semantik*. Hamburg: Buske, 2007. p. 9-25.
- EHLICH, K. (Ed.). *Sprache und sprachliches Handeln: Band 3 Diskurs – Narration – Text – Schrift*. New York: De Gruyter. p. 531-550.
- ELIAS, N. *Über den Prozeß der Zivilisation*. Frankfurt: Suhrkamp, 1998.
- GRIESSHABER, W. Disponível em: <<http://spzwww.uni-muenster.de/~griehsha/eps/wrt/text/ehlich.html> 072708. 2005>. Acessado em: 23 nov. 2015.
- GUMBRECHT, H-U. Schriftlichkeit in mündlicher Kultur. In: ASSMANN, A.; ASSMANN, J.; HARDMEIER, C. (Ed.). *Schrift und Gedächtnis*. München: Fink, 1983. p. 158-174.
- GUMPERZ, J. *Discourse Strategies*. Cambridge: CUP, 1982.
- HUCKER, B. U. Ein zweites Lebenszeugnis Walthers? In: MÜCK, H-D. (Ed.). *Walther von der Vogelweide*. Stuttgart: Stöffler & Schütz, 1989. p. 1-30.
- JORBA I JORBA, M. Sobre la llengua catalana al final de l'Antic Règim: el «Diario de Barcelona» (1792-1808). *Els Marges*, n. 17, p. 27-52, 1979.

- JUNGBLUTH, K. *Die Tradition der Familienbücher. Die Tradition der Familienbücher: Das Katalanische während der Decadència*. Tübingen: Niemeyer: Beihefte der Zeitschrift für romanische Philologie Bd. 272, 1996.
- _____. Die Praxis der Reoralisierung. *LiLi*, n.108, p. 87-107, 1997.
- _____. Os livros de família pernambucanos do século XIX. In: ANDRADE, M. L. C. V.; GOMES, V. S. (Ed.). *Diacronia dos gêneros discursivos e dos processos constitutivos do texto*. (No prelo)
- MOSTACERO, R. Oralidad, escritura y escrituralidad. *Sapiens*, v. 5, n. 1, p. 53-75, 2004. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/410/41050105.pdf>>. Acesso em:
- OESTERREICHER, W. El español en textos escritos por semicultos. Competencia escrita de impronta oral en la historiografía indiana (s. XVI). In: LÜDTKE, J. (Ed.). *El español de América en el siglo XVI, Actas del Simposio del Instituto Ibero-Americano de Berlín*, 23 y 24 de abril de 1992, Frankfurt a.M.: Vervuert, 1994 (= Bibliotheca Ibero-Americana, 48), p. 155-190, 1992.
- RAULFF, U.; BURGUIÈRE, A. (Ed.). *Mentalitäten-Geschichte: zur histor. Rekonstruktion geistiger Prozesse*. Berlin: Wagenbach.
- REDDER, A. Textdeixis. In: BRINKER, K. et al. (Ed.). *Text-und Gesprächslinguistik: Handbuch Sprache und Kommunikation 16.1*. Berlin: de Gruyter, 2000. p. 283-294.
- SCHEPELMANN, A. Kontextualisierungskonventionen in Internet relay Chat. Wien: Wiener Linguistische Gazette, 2004. Disponível em: <<http://www.univie.ac.at/linguistics/publications/diplomarbeit/schepelmann/start.htm20032010>>. Acesso em:
- SCHLIEBEN-LANGE, B. La construction des champs déictiques dans la semi-oralité. In: VAN DEYCK, R. (Ed.). *Diachronie et variation linguistique: la deixis temporelle, spatiale et personnelle*. Gent: Peeters, 1995. p. 115-128.
- SCHLIEBEN-LANGE, B. *Idéologie, révolution et uniformité de la langue*. Sprimont: Mardaga, 1996.
- SCHLIEBEN-LANGE, B.; GESSINGER, J. Sprachgeschichte und Sozialgeschichte. *LiLi*, v. 47, 1982.
- SCHMIDT-RIESE, R. Schreibkompetenz, Diskurstradition und Varietätenwahl in der frühen Kolonialhistoriographie Hispanoamerikas. *LiLi*, v. 108, p. 45-86, 1997.
- SELIG, M. Aneignung der Schrift. Mediengeschichtliche Aspekte des romanischen Mittelalters. *LiLi*, v. 103, p. 6-19, 1996.
- STENGL, B. K. *Die literarische Botendarstellung in der mittelhochdeutschen Epik des 12. und 13. Jahrhunderts*. Tübingen: Dissertationsschrift, 1995.
- STOLL, E. *Konquistadoren als Historiographen*. Tübingen: Narr, 1997.
- SVENSSON, B. Botschaft aus dem Nilschlamm. Die Geschichte des ägyptischen Tontäfelchens, das die archäologische Welt verändern soll. In: FAZ (Frankfurter Allgemeine Zeitung) 20.10.03 Nr. 243, v. 9, 2003.
- WILHEIM, R. Diskurstraditionen. In: HASPELMATH, M. et al (Ed.). *Language Typology and Language Universals. An International Handbook*, Berlin: de Gruyter, 2001. p. 467-477. v. 1.

Agradeço a Marco Antonio Martins e Lucrécio Sá pela possibilidade da publicação no livro da Abralín/2013. Uma versão preliminar foi apresentada no XV Congresso da AL-FAL. Agradeço ao Giovanni Parodi, à Martha Shiro e aos participantes da *Comisión del Estudio de la Lengua Escrita* pelos seus comentários valiosos e a Valéria Gomes e a Mario Gaio pela leitura posterior da versão em português deste artigo e pelas suas sugestões. A responsabilidade pelas faltas é minha.

